



**Processo nº** 17883.720013/2016-89  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **2202-006.082 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 2<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 3 de março de 2020  
**Recorrente** JEDIEL DE CASTRO  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Ano-calendário: 2011, 2012, 2013

INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE DE NORMA VIGENTE

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a ilegalidade ou a constitucionalidade de lei tributária vigente.

**DEPÓSITOS BANCÁRIOS. PROVA DA ORIGEM. PRESUNÇÃO LEGAL**

A falta de comprovação da origem dos recursos depositados em suas contas bancárias após regular intimação autoriza a Fiscalização a presumir que referidos recursos se tratam de rendimentos tributáveis não declarados.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

(documento assinado digitalmente)

Ronnie Soares Anderson - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Caio Eduardo Zerbeto Rocha - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Mario Hermes Soares Campos, Martin da Silva Gesto, Ricardo Chiavegatto de Lima, Ludmila Mara Monteiro de Oliveira, Caio Eduardo Zerbeto Rocha, Leonam Rocha de Medeiros, Juliano Fernandes Ayres e Ronnie Soares Anderson (Presidente).

## **Relatório**

Trata o presente de Recurso Voluntário apresentado contra o Acórdão nº 12-96.357, da 18<sup>a</sup> turma de Julgamento da DRJ/RJO cuja ementa foi a seguinte:

MATÉRIA NÃO IMPUGNADA. OMISSÃO DE RESULTADO TRIBUTÁVEL DA ATIVIDADE RURAL.

Não tendo o contribuinte contestado essa infração tributária, tal matéria torna-se não impugnada encontrando-se fora do presente litígio.

#### COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS.

A Lei impõe exclusivamente ao sujeito passivo comprovar a origem dos depósitos mantidos em contas bancárias de sua titularidade, sendo obrigação do impugnante provar por meio de documentação hábil e idônea a procedência do depósito e a sua natureza.

Tais elementos de prova devem coincidir em datas e valores com cada depósito que se pretenda comprovar.

#### DEPÓSITOS BANCÁRIOS. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE RENDIMENTOS.

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/1997, a Lei nº 9.430, de 1996, em seu art. 42, autoriza a presunção de omissão de rendimentos com base nos valores depositados em conta bancária para os quais o titular, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

#### PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO.

A vedação quanto à instituição de tributo com efeito confiscatório é dirigida ao legislador e não ao aplicador da lei.

#### ARGUIÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE.

A autoridade administrativa não é competente para se manifestar acerca da constitucionalidade de dispositivos legais, prerrogativa essa reservada ao Poder Judiciário.

#### DECISÕES ADMINISTRATIVAS.

As decisões administrativas não se constituem em normas gerais, razão pela qual seus julgados não se aplicam a qualquer outra ocorrência, senão àquela objeto da decisão.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

#### Conforme descrito no relatório do Acórdão:

Contra o contribuinte acima qualificado foi lavrado o Auto de Infração dos anos-calendário de 2011, 2012 e 2013 (fls. 02 a 12), com data de ciência em 29/07/16 (fl. 1.110), relativo à omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada e omissão de resultado da atividade rural. As contas bancárias objeto de autuação foram do HSBC, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Itaú Unibanco.

O crédito tributário lançado foi de R\$ 1.494.100,55. O enquadramento legal consta no Auto de Infração. O Termo de Verificação Fiscal e as planilhas elaboradas pela fiscalização encontram-se às fls. 13 a 44.

Em 29/08/16, o contribuinte apresentou a impugnação de fls. 1.115 a 1.119, alegando, em síntese, que:

1. Primeiramente o contribuinte procurou descrever o que ocorreu no procedimento fiscal;
2. A presunção de omissão de rendimentos em decorrência de identificação de depósitos de origem não comprovada, prevista no art.42 da Lei 9.430/96, não poderia ser tratada como uma autorização para que a fiscalização se desincumba do dever de apurar os fatos ocorridos e identificar os valores que eventualmente poderiam ser considerados omissos, vindo a efetuar o lançamento apenas dos referidos valores;
3. O lançamento de IR baseado na identificação de depósitos de origem não comprovada, por se tratar de uma presunção fiscal, deve ser conduzido com bastante critério e cautela por parte das autoridades fiscais, sob pena de instituição de um recurso

extremamente abusivo para a subtração de patrimônio privado mediante benefício exclusivo para os Cofres Públicos, em franca agressão ao princípio constitucional que veda a tributação confiscatória (art. 150, IV da CF/88), bem como ao próprio direito de propriedade que é um direito fundamental da pessoa humana;

4. A jurisprudência administrativa é unânime ao estabelecer que a aplicação do art. 42 da Lei 9.430/96 apenas se dá quando a fiscalização regularmente intima o contribuinte para trazer prova dos valores cuja omissão vem sendo apontada. Caso não seja concedida uma oportunidade clara para que o contribuinte produza as provas em relação aos lançamentos tidos por omissos, a presunção de omissão não deve prevalecer, sob pena de lesão direta aos princípios elementares que norteiam o direito tributário;

5. A fiscalização teria se limitado a pedir os extratos bancários e não elaborou um demonstrativo dos valores considerados omissos, deixando de ofertá-lo para que tivesse chance de se justificar sobre as divergências apontadas, atendendo a previsão no art. 42 da Lei 9.430/96;

6. Cita decisões administrativas no intuito de corroborar os seus argumentos de defesa;

7. Assim, a presunção de omissão não se consolidou, cabendo cancelar o Lançamento.

Regularmente intimado do Acórdão em 28/02/2018 (AR às fls. 342), o contribuinte interpôs Recurso Voluntário em 29/03/2018 (carimbo de protocolo à fl. 336), argumentando, em síntese, que:

- a presunção de que trata o artigo 42, da Lei 9.430/96 não poderia ser utilizada como autorização para que a Fiscalização se desincumba do seu dever de apurar os fatos ocorridos e, a partir dali, identificar os valores que eventualmente poderiam ser considerados omissão de rendimentos;
- a jurisprudência do CARF é uníssona no sentido de que a aplicação do artigo 42, da Lei 9.430/96 somente é possível quando o contribuinte, regularmente intimado pela Fiscalização, deixar de demonstrar a origem dos recursos indicados como omissão de rendimentos;
- no presente caso, a Fiscalização não facultou ao contribuinte o direito de analisar os valores considerados omissos, limitando-se a requerer extratos bancários e, a partir deles, em análises internas e sem qualquer participação do contribuinte, considerar que se tratavam de depósitos sem origem comprovada;
- ao final, reitera todos os argumentos expostos na Impugnação relativamente a ilegalidade e inconstitucionalidades que teriam ocorrido no procedimento fiscal.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Caio Eduardo Zerbeto Rocha, Relator.

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, portanto, dele conheço.

Conforme se extrai do Relatório acima, o Recorrente se insurge contra o Acórdão da primeira instância ao argumento de que, em síntese, não seria aplicável ao caso concreto a presunção de que trata o artigo 42, da lei 9.430/96 uma vez que:

No presente processo, a descrição fática contida no Termo de Verificação fiscal demonstra claramente que a Fiscalização não facultou ao contribuinte o direito de analisar os valores supostamente considerados omissos em sua declaração de rendimentos, limitando-se a requerer extratos bancários, realizar análise internas sem qualquer tipo de transparência e efetuar, a seu exclusivo critério, o lançamento dos valores que supostamente considerou que não tiveram origem comprovada.

(...)

Destarte, a Fiscalização não se dignou a elaborar um demonstrativo dos calores que vinha reputando omissos e ofertar tal demonstrativo ao contribuinte lhe concedendo a chance de se justificar sobre as divergências apontadas, atendendo com isso, a previsão expressa no art. 42 da Lei 9.430/96.

Ora, tais fatos e fundamentos legais expostos na impugnação e acima reiterados, são aptos a demonstrar a ilegalidade representada na imputação em tela de forma que era imperioso o acolhido da impugnação, sendo de rigor o acolhimento do presente recurso e a reforma da decisão acolhida.

A análise detida dos autos, especialmente do Termo de Verificação Fiscal de fls. 13 a 21 em confronto com a documentação que consta dos autos aponta em sentido diametralmente oposto ao que descreve o Recorrente em seu Recurso Voluntário.

O que se apura desse confronto é que a Fiscalização regularmente intimou o Recorrente não apenas uma, mas diversas vezes, inclusive repetindo intimações sobre os mesmos fatos, concedendo dilações de prazo para manifestação e sempre cuidando para, periodicamente, atualizar o prosseguimento da Ação Fiscal mediante emissão dos competentes termos, sem que em nenhum momento o Recorrente atendesse plenamente as intimações recebidas.

O que se extrai dos autos, portanto, é que não só houve, sim, razões suficientes para que a Fiscalização se valesse da presunção do artigo 42, da Lei 9.430/96, como também se pode afirmar que esta foi a única forma possível de apurar o crédito tributário devido face à insistente recusa do contribuinte em fornecer informações relativas aos depósitos identificados.

Tal fato, inclusive, foi também objeto de análise pela decisão de primeira instância:

A fiscalização apurou omissão de rendimentos caracterizada por depósitos bancários de origem não comprovada. As contas bancárias objeto de autuação foram do HSBC, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Itaú Unibanco.

O Termo de Verificação Fiscal e as planilhas elaboradas pela fiscalização encontram-se às fls. 13 a 44.

Inicialmente cabe pontuar que o contribuinte está completamente equivocado em seus argumentos de defesa.

Ao contrário do que aduziu o impugnante, verifica-se que a fiscalização intimou, por diversas vezes, o interessado, inclusive para que fossem apresentadas (sic) provas da origem dos depósitos bancários objeto de autuação, como pode ser observado nas fls. 71 a 73 (termo de início), fls. 74 a 76 (intimação para apresentar documentos), fls. 699 a 702 (intimação para comprovar a origem dos depósitos) e fls. 703 a 709 (intimação também para provar a origem dos depósitos bancários).

Observa-se que o Lançamento foi lastreado corretamente na hipótese prevista no art. 42, *caput* e §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.430, de 1996, abaixo transcrito:

(...)

Percebe-se que a própria legislação estabeleceu uma presunção legal de omissão de rendimentos que autoriza o Lançamento do imposto correspondente, sempre que o titular da conta bancária, regularmente intimado, não comprovar, mediante

documentação hábil e idônea, a origem dos recursos creditados em sua conta de depósito ou de investimento.

Então, no caso em questão, não há que se cogitar de que a autoridade tributária teria que provar a efetiva omissão de receita, mas sim deve ser indagado se a origem dos depósitos objeto de autuação foi comprovada ou não pelo sujeito passivo.

Como se vê, não assiste razão ao Recorrente em suas argumentações com as quais pretende ver reformada a decisão de primeira instância que, ao contrário, deve ser mantida integralmente por seus próprios fundamentos, pelo que voto por conhecer do Recurso Voluntário e negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Caio Eduardo Zerbeto Rocha